

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

DÉBORA CRISTINA FAVA MELO

**MAUS TRATOS, COMPORTAMENTO EXTERNALIZANTE E
AUTOESTIMA: UM ESTUDO COMPARATIVO**

Porto Alegre
2013

DÉBORA CRISTINA FAVA MELO

**Maus tratos, comportamento externalizante e autoestima: um estudo
comparativo**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia, com ênfase em Cognição Humana.

Aprovada em: _____ de _____ de _____.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.^a Tatiana Quarti Irigaray, Dra
Faculdade de Psicologia – PUCRS
Orientadora Presidente

Prof.^a Débora Dalbosco Dell’Aglio, Dra.
Faculdade de Psicologia – UFRGS

Prof.^a Caroline Tozzi Reppold, Dra.
Faculdade de Psicologia – UFCSPA

Porto Alegre

2013

CLASSIFICAÇÃO DE ÁREA CNPq

- 7.00.00.00-0 - ciências humanas
- 7.07.00.00-1 - psicologia
- 7.07.06.00-0 - psicologia cognitiva

RESUMO

Os maus tratos vividos pela criança são considerados prejudiciais ao desenvolvimento infantil e um fator de risco para o surgimento de problemas de comportamento na adolescência. Têm sido associados ao comportamento externalizante e a baixa autoestima, que podem influenciar negativamente o desenvolvimento psicológico, comportamental e social do indivíduo. Esta dissertação de mestrado deriva de um projeto maior desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia/PUCRS, a partir do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), intitulado “Exposição a maus tratos na infância e a relação com a cognição, a adaptação psicológica e a ocorrência de psicopatologia em adolescentes, adultos e idosos”. O objetivo do estudo de origem (PNPD) é investigar os efeitos da exposição a maus tratos na infância sobre a cognição e a expressão de psicopatologia na adolescência, na adultez e na velhice. A presente dissertação é apresentada em duas partes, sendo o estudo 1 “Relação entre maus tratos, comportamento externalizante e autoestima: um estudo comparativo”, e o estudo 2 “Fatores de risco para desenvolvimento de comportamento externalizante em adolescentes”. O objetivo do estudo 1 foi investigar a relação entre maus tratos, comportamento externalizante e autoestima, enquanto o estudo 2 buscou avaliar o valor explicativo das variáveis autoestima e maus tratos no comportamento externalizante. Ambos os estudos tratam de uma metodologia transversal. Os instrumentos utilizados foram o Questionário de Traumas na Infância, Youth Self-Report, Inventário de Depressão Infantil, Escala de Autoestima de Rosenberg, além de uma Ficha de Dados Sociodemográficos e o Critério de Classificação Econômica Brasil. Participaram deste estudo 84 adolescentes de escolas públicas. Resultados de uma análise comparativa revelaram que os adolescentes que sofreram maus tratos na infância, tiveram maior sintomatologia de comportamento externalizante e pior autoestima do que aqueles que não sofreram esse tipo de experiência. Além disso, uma análise de correlação verificou que a externalização e os maus tratos estiveram positivamente correlacionados entre si, bem como com a sintomatologia de ansiedade, retraimento e depressão e outros problemas de comportamento. A autoestima esteve correlacionada negativamente com maus tratos e com problemas de comportamento. Através da regressão linear múltipla (método *stepwise*), resultados apontaram que sintomas de ansiedade e depressão, somados ao histórico de abuso físico, explicaram 22% da variância do comportamento externalizante. A autoestima obteve baixo desempenho, apenas 1%, na explicação da externalização na análise individual das variáveis (método *enter*). Os resultados encontrados nestes estudos podem ajudar profissionais a pensarem e atuarem sobre a importância da promoção de fatores que previnam crianças do sofrimento dos maus tratos, assim como da externalização e da baixa autoestima, evitando problemas no desenvolvimento psicológico e comportamental. Conhecer os fatores que podem ser impulsionadores do comportamento externalizante pode auxiliar na elaboração de intervenções e estratégias de prevenção.

Palavras Chaves: maus tratos, comportamento externalizante, autoestima, adolescência.

ABSTRACT

Maltreatment experienced by the child are considered harmful to child development and a risk factor for the development of behavior problems in adolescence. Have been associated with externalizing behavior and low self-esteem, which can negatively influence the psychological development of the individual and social behavior. This dissertation stems from a larger project developed at the Graduate Program in Psychology, Faculty of Psychology / PUCRS from the National Postdoctoral (PNPD), entitled "Exposure to child maltreatment and its relationship with cognition, psychological adjustment and the occurrence of psychopathology in adolescents, adults and the elderly". The objective of original project (PNPD) is to investigate the effects of exposure to childhood maltreatment on cognition and expression of psychopathology in adolescence, adulthood and old age. This dissertation is presented in two parts, the first study "Relationship between abuse, self-esteem and externalizing behavior: a comparative study", and study 2 "Risk factors for the development of externalizing behavior in adolescents". The goal of Study 1 was to investigate the relationship between maltreatment, externalizing behavior and self-esteem, while the second study sought to evaluate the predictive value of self-esteem and abuse in externalizing behavior. Both studies deal with a cross transversal methodology. The instruments used were the Childhood Trauma Questionnaire, Youth Self-Report, Child Depression Inventory, Rosenberg Self-Esteem Scale, and a data sheet Sociodemographic and Economic Classification Criterion Brazil. The study included 84 adolescents from public schools. Results from a comparative analysis showed that adolescents who experienced childhood maltreatment had greater symptoms of externalizing behavior and poor self-esteem than those who did not undergo this kind of experience. Moreover, a correlation analysis found that outsourcing and maltreatment were positively correlated with each other as well as with symptoms of anxiety, withdrawal and depression and other behavior problems. Self-esteem was negatively correlated with maltreatment and behavior problems. Through multiple linear regression (stepwise method), results showed that symptoms of anxiety and depression, coupled with a history of physical abuse, 22% of the explained variance of externalizing behavior. Self-esteem got low performance, only 1% for the prediction of externalizing individual variables in the analysis (method enter). The results of these studies may help professionals to think and act on the importance of promoting factors that prevent children suffering from abuse, as well as outsourcing and low self-esteem, avoiding problems in psychological and behavioral development. Knowing the predictors of externalizing behavior may help in developing interventions and prevention strategies.

Key Words: child abuse, externalizing behavior, self-esteem, risk factors.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
JUSTIFICATIVA	14
OBJETIVOS E HIPÓTESES	15
Estudo I:	
Objetivo Geral e Hipótese	15
Estudo II:	
Objetivo Geral e Hipótese	15
Delineamento	16
Participantes	16
Procedimentos	17
REFERÊNCIAS	18
ESTUDO I	22
ESTUDO II	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	64
ANEXO I - Ficha de Dados Sociodemográficos	65
ANEXO II - Critério de Classificação Econômica Brasil	66
ANEXO III - Questionário de Traumas na Infância	67
ANEXO IV - Youth Self-Report	68
ANEXO V - Inventário de Depressão Infantil	69
ANEXO VI - Escala de Autoestima de Rosenberg	70
ANEXO VII - Parecer consubstanciado do CEP	71

INTRODUÇÃO

As situações de violência e de maus tratos podem desencadear ou potencializar problemas na saúde mental de crianças prejudicando o desenvolvimento infantil (Margis, Picon, Cosner, & Silveira, 2003). Distintos tipos de violências atingem crianças e adolescentes, constituindo-se em fatores de risco para o desenvolvimento (Assis, Avanci, Pesce, & Ximenes, 2009; Ribeiro, Andreoli, Ferri, Prince, & Mari, 2009).

Uma estimativa realizada com população americana indicou que aproximadamente 20% da população infantil sofreram algum tipo de maus tratos nos Estados Unidos em 2010 (U.S. Department of Health & Human Services, 2011). No Brasil, a prevalência de maus tratos contra a criança é bastante expressiva apesar de não ser possível estimar com segurança um número percentual. Isso decorre da utilização de diferentes instrumentos de aferição, da larga variedade de grupos etários e da ênfase na população caracterizada por vulnerabilidade social (Assis et al., 2009).

Um levantamento brasileiro, o qual entrevistou 245 famílias que buscavam o serviço público de atendimento médico pediátrico, apontou que a disciplina não violenta como forma de resolução de situações de desobediência da criança, foi reportada por quase 100% das mães entrevistadas (98,9%), incluindo as mães que referiram utilizar de métodos mais violentos. A prevalência da agressão psicológica quando perpetrada pela mãe alcançou níveis de 94,2%. O uso de castigo corporal e de agressão psicológica foi reportado por mais de 90,0% das mães, indicando a coocorrência destes comportamentos (Moura & Reichenheim, 2005).

Em relação ao mau trato físico menor, isto é, bater uma vez com objetos em partes do corpo diferentes do que o “bumbum”, 24,7% das mães referiu ter utilizado deste meio pelo menos uma vez com seus filhos. Já o uso de atos violentos graves, como espancamentos, ocorreu em 9,9% na relação da mãe com a criança, e em 7,9% na do pai com a criança (Moura & Reichenheim, 2005).

Acredita-se que uma parte das violências contra a infância e a adolescência não seja reconhecida como tal (Gomes, 1999) e outra parte, mesmo que identificada, não é notificada oficialmente (Brasil, 2002; Gonçalves & Ferreira, 2002). Isso pode ser devido a profissionais, principalmente da área médica, ter uma tendência a se preocupar com a quebra de sigilo e com a integridade do paciente (Brasil, 2002).

Em um estudo realizado no Brasil, com crianças de 0 a 10 anos de escolas públicas e privadas, constatou-se 391 casos de maus tratos infantis em uma amostra de 6.907 crianças. Os dados levantados com profissionais das escolas sugerem uma prevalência de 5,7% de

maus tratos infantis. Com relação à prevalência oficial, ou seja, levantamento realizado nos conselhos tutelares da cidade para o mesmo ano de referência, o percentual encontrado foi menor, 0,3%. Esse estudo também sugere que uma parte dos casos de maus tratos não é denunciada oficialmente (Faleiros, Matias, & Bazon, 2009).

Definição de maus tratos

Diversos tipos de violência contra criança têm sido considerados eventos traumáticos (Bordin, 2009). A Organização Mundial de Saúde define o abuso ou maus tratos à criança, como constituinte de todas as formas de tratamento doentio, tanto físico quanto emocional, abuso sexual, negligência ou tratamento negligente, exploração comercial ou qualquer outro tipo de exploração, resultando em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (Report of the Consultation on Child Abuse Prevention, 1999).

Bernstein et al. (2003), fazem referência a cinco tipos de maus tratos: negligência física e emocional, abuso sexual, físico e emocional. A negligência física é definida como o fracasso de cuidadores em garantir o atendimento de necessidades básicas, como alimento, abrigo, roupas, segurança e saúde. A falta de supervisão dos pais também é incluída nessa definição, se isso colocar a criança em risco.

A negligência emocional é definida como a falha dos cuidadores em satisfazer as necessidades emocionais e psicológicas das crianças, incluindo amor, sentimento de pertencimento, nutrição e suporte. Constitui-se de toda forma de rejeição e desrespeito em relação à criança ou ao adolescente, podendo envolver comportamentos como punição e cobrança excessiva, humilhação e agressões verbais, além de privação da criança de experiências esperadas para a sua idade, ou indução à prostituição e a outras práticas ilegais (Brasil, 2002). Achados sugerem que certos fatores como pobreza, doença mental na família, ou história criminal dos pais aumentam a chance de exposição a eventos traumáticos (Falsetti, Resnick, Kilpatrick, & Freedy, 1994).

O abuso sexual contra criança é o tipo de maus tratos mais estudado na literatura nacional (Borges & Dell'Aglio, 2008; Drezett et al., 2001). É definido como atos em que o responsável usa a criança para obter gratificação sexual (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002). Bernstein et al. (2003), consideram abuso sexual quando ocorre o contato sexual entre uma criança com menos de 18 anos e uma pessoa adulta; consiste em ser

molestado, ser machucado caso resista ao abuso, ou ser tocado em partes íntimas com intuito sexual. A OMS inclui em sua definição de abuso sexual a produção e ou comercialização de materiais pornográficos de menores de idade (Report of the Consultation on Child Abuse Prevention, 1999). O abuso físico é definido, pelos autores, como agressões corporais em uma criança, por um adulto ou pessoa mais velha, que representa um risco ou resulta em ferimentos (Bernstein et al., 2003). E, finalmente, o abuso emocional defini-se por agressões verbais que diminuem o senso de valor e de bem-estar da criança, ou comportamentos dirigidos a ela que sejam humilhantes (Bernstein et al., 2003).

Os estudos que abordam a experiência traumática consideram um *continuum* de variabilidade em dimensões de frequência, severidade e duração (Bernstein et al., 2003). Em uma amostra de população geral, foram avaliadas a vulnerabilidade para a exposição e a magnitude dos eventos traumáticos em crianças e adolescentes (Costello, Erkanl, Fairbank, & Angold, 2002). Os resultados apontam que 1/4 da amostra experienciou pelo menos um evento de alta magnitude, como por exemplo, os que envolvem a ameaça à integridade física do indivíduo ou de terceiros (APA, 2002), e 1/3 dos participantes experienciou um evento de baixa magnitude, como separação dos pais, nascimento de um irmão, ou gravidez indesejada, por exemplo, nos últimos três meses.

Maus tratos e sintomas psicológicos

As consequências da exposição aos maus tratos e de situações traumáticas sobre o desenvolvimento cognitivo, ajustamento psicológico e ocorrência de psicopatologia têm sido foco de investigações (Beer & De Bellis, 2002; Lansford et al., 2012;). Em um estudo longitudinal, que acompanhou os participantes da infância à idade adulta, observou-se que vítimas de abuso ou negligência mostraram elevadas taxas de desenvolvimento de Transtorno de Estresse Pós Traumático (TEPT), outros transtornos mentais e sintomas diversos quando comparadas a indivíduos sem histórico de maus tratos (Cohen, Brown, & Smaile, 2001). A associação entre maus tratos e desenvolvimento de sintomas psiquiátricos tem sido consistentemente evidenciada (Sternberg et al., 1993; Sternberg, Lamb, Guterman, & Abbott, 2006).

Estes fatos levaram investigadores a examinar e a distinguir variações de TEPT, incluído o trauma complexo (Taylor, Asmundson, & Carleton, 2006). Este tipo de trauma resulta da exposição a eventos estressores em que os mesmos foram repetitivos e prolongados,

envolveram dano ou abandono por parte dos cuidadores, e ocorreram nos períodos de vulnerabilidade desenvolvimental, como infância ou adolescência (Ford & Courtois, 2009).

Além de as vítimas de maus tratos poderem apresentar comprometimento no comportamento social e na confiança básica nas relações primárias (Ford & Courtois, 2009), outra característica é a presença de traços importantes de transtornos da personalidade, particularmente de características *borderline*. Destaca-se a deficiência de modulação de afeto, perturbação da identidade, diminuição da qualidade e quantidade dos relacionamentos, e comportamento auto destrutivo e impulsivo (Taylor, Asmundson & Carleton, 2006).

Os maus tratos na infância têm sido estudados por diversos autores que têm buscado entender os efeitos psicológicos e neurobiológicos que a exposição aos maus tratos resulta sobre a vítima (Beers & De Bellis, 2002; Lansford, 2012; Ribeiro, Andreoli, Ferri, Prince, & Mari, 2009). Do mesmo modo, esse tipo de estresse precoce tem sido associado a problemas de comportamento externalizantes e internalizantes em crianças e adolescentes. A externalização compreende sintomas de agressividade, problemas de conduta e violação de regras. Já os sintomas associados à ansiedade e humor deprimido estão incluídos na classe dos problemas internalizantes (APA, 2002).

Além disso, os maus tratos também têm sido associados a dificuldades com a autoestima (Manly, Kim, Rogosch, & Cicchetti, 2001; Mcwey, Cui, & Pazdera, 2010; Shen, 2009). Apesar da variada gama de problemas que podem ser consequências de experiências traumáticas, como a vivência de maus tratos, o presente estudo pretende investigar especificamente a relação entre maus tratos na infância, comportamento externalizante e autoestima.

JUSTIFICATIVA

Os efeitos da exposição a maus tratos sobre o desenvolvimento de crianças e de adolescentes têm sido amplamente investigados por estudos internacionais (Beers & De Bellis, 2002; Manly et al., 2001; Mcwey et al., 2010; Shen, 2009). No entanto, no Brasil ainda existem poucas pesquisas que contemplam o tema. As pesquisas nacionais têm se centrado em aspectos como a prevalência de maus tratos, especialmente o abuso sexual, em determinados ambientes e situações (Drezett et al., 2001), o risco de doenças mentais e problemas de comportamento em indivíduos expostos a maus tratos (Bordin, 2009; Borges & Dell’Aglia, 2008; Vitolo, Fleitlich-Bilyk, Goodman, & Bordin, 2005) e o desenvolvimento de intervenções em grupo para pessoas que sofreram violência sexual (Amazarray & Koller, 1998; Habigzang et al., 2009).

Além de ser escasso o número de referências na literatura nacional que abordem especificamente a relação entre maus tratos, comportamento externalizante e autoestima, outros fatores devem ser considerados, tais como a grande prevalência notificada ou não dessa realidade nas crianças brasileiras (Assis et al., 2009; Drezett et al., 2001; Moura & Reichenheim, 2005), o impacto traumático na saúde física e mental das vítimas (Lansford, 2012; Ribeiro et al., 2009; Moura & Reichenheim, 2005), bem como o prejuízo ao longo prazo no desenvolvimento vital desses indivíduos (Beers & De Bellis, 2002; Shen, 2009; Taylor et al., 2006).

Diante do exposto, o presente estudo pretende contribuir para a compreensão dos efeitos da exposição a maus tratos, no desenvolvimento de adolescentes, por meio de um estudo comparativo. Nesse sentido, o objetivo geral do estudo é investigar a relação entre maus tratos na infância, comportamento externalizante e autoestima. Pretende-se, ainda, em uma análise exploratória, identificar dentre às variáveis investigadas, aquelas que podem ser consideradas explicativas do comportamento externalizante em adolescentes.

OBJETIVOS E HIPÓTESES

Estudo 1:

Objetivo Geral e Hipótese

Comparar adolescentes expostos e não expostos a maus tratos quanto às variáveis comportamento externalizante e autoestima.

Hipótese: Espera-se que os adolescentes expostos a maus tratos apresentem mais comportamentos externalizantes e menor nível de autoestima.

Estudo 2:

Objetivo Geral e Hipótese

Investigar a influência das variáveis exposição a maus tratos e autoestima, com relação ao comportamento externalizante.

Hipótese: Espera-se que o histórico de maus tratos e dificuldades com a autoestima expliquem parte da variância total do comportamento externalizante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo investigar a relação entre maus tratos comportamento externalizante e autoestima, além de averiguar a influência das variáveis maus tratos e autoestima na externalização. Para tanto, dois estudos foram desenvolvidos.

O Estudo I tratou de comparar os grupos quanto as variáveis maus tratos, externalização e autoestima através da análise *One Way ANOVA* com *Post hoc Bonferroni*. Verificou-se que os indivíduos que sofreram maus tratos apresentaram médias maiores de sintomas ansiosos, depressivos e de externalização, bem como baixa autoestima, que podem representar prejuízo no desenvolvimento. Pela análise de correlação de *Pearson* verificou-se que a externalização e sintomas de ansiedade e de depressão estão positivamente correlacionados aos maus tratos na infância, enquanto a autoestima esteve negativamente correlacionada com histórico de maus tratos. Os dados revelaram ainda que adolescentes que relataram ter sofrido dois ou mais tipos de maus tratos apresentaram maiores índices de ansiedade, o que pode contribuir para a presença de comportamentos externalizáveis.

No Estudo II, resultados de uma análise de regressão múltipla com o método *stepwise* apontaram que sintomas de ansiedade e depressão, somados ao histórico de abuso físico, explicaram 22% da variância total do comportamento externalizante. Os dados desse estudo sugerem que os maus tratos na infância, bem como características ansiosas e depressivas podem aumentar o risco de externalização na adolescência, prejudicando o desenvolvimento do indivíduo. Esses dados corroboram a literatura que demonstra que o papel dos maus tratos na externalização é bastante consistente (Donellan et al., 2005; Fergusson & Horwood, 2002; Tracy & Robins (2003).

Por outro lado, a autoestima desempenhou um papel de apenas 1% na explicação da externalização por meio da análise individual das variáveis (método *enter*). E no método *stepwise*, ela não teve qualquer valor que explicasse a variância da externalização significativamente. Na literatura, a temática acerca do papel explicativo da autoestima na externalização bem como a correlação entre ambos não é consistentemente evidenciada. Alguns autores sugerem que a boa autoestima pode agir como um fator de proteção do impacto dos maus tratos, e não apenas ser uma consequência da experiência traumática (Kim & Cicchetti, 2004). Donellan et al. (2002) em um estudo de correlação, explicam que boa autoestima pode ser um sentimento altamente duvidoso de superioridade pessoal. Para os estudiosos, esse sentimento seria inflado muito além do que os fatos justificariam e por isso

pode estar propenso a flutuar em resposta a eventos diários. Esta mudança e oscilação poderiam confundir a utilidade da autoestima para prever comportamentos externalizantes.

Nesse sentido, o papel da autoestima com relação ao comportamento e os maus tratos ainda merece ser mais investigada em futuras pesquisas. Estudar sobre essas temáticas pode auxiliar instituições e profissionais a desenvolverem táticas para lidar com esse problema. Ressalta-se a importância de estratégias de prevenção em nível comunitário e escolar, a implementação de programas que visem aumentar a capacidade de proteção e resiliência emocional de crianças e adolescentes. E ainda, o aprimoramento de serviços de saúde mental no atendimento às vítimas de maus tratos e aos adolescentes e crianças com problemas de comportamento.

Sugere-se também que novos estudos contemplem amostras maiores para possibilitar mais divisões para análises dos diferentes tipos de maus tratos. Outra questão que pode ser explorada em pesquisas futuras é a inclusão de participantes de escolas particulares na amostra. Este e muitos outros estudos são compostos unicamente por participantes de classes socioeconômicas vulneráveis e de escolas públicas. Para a presente pesquisa, encontrou-se resistência de escolas particulares para a coleta de dados quando o tema ‘maus tratos’ era abordado aos diretores e responsáveis pelas instituições.

Os problemas cognitivos e de comportamento associados ao histórico dos maus tratos causam prejuízos ao longo do desenvolvimento do indivíduo e constitui uma das principais causas de morte entre os jovens (Brasil, 2002). Este fato expõe a gravidade desse problema que atinge toda a infância e adolescência e ressalta que as lesões de traumas físicos, sexuais e emocionais deixam sequelas físicas e mentais que podem durar por toda a vida. Apesar de o Estatuto da Criança e do Adolescente tornar obrigatória a notificação de casos suspeitos ou confirmados de maus tratos contra a criança ou adolescente (Brasil, 1989), ainda existe uma subnotificação deste tipo de violência no país (Faleiros, Matias, & Bazon, 2009). Portanto, essa e demais futuras pesquisas podem contribuir com mais aprofundamento sobre a consequência dos maus tratos na infância ao desenvolvimento dos indivíduos. Além disso, o desenvolvimento de estratégias de prevenção, tanto primárias, na educação das famílias para a diminuição da violência contra a criança e ao adolescente, bem como estratégias de prevenção secundárias, como o auxílio as vítimas para a redução de danos como a baixa autoestima e sintomas comportamentais externalizantes, podem ser desenvolvidas com mais ênfase a partir de dados de pesquisas.